



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, SEGUNDA, 24 DE MAIO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Benedito Lúcio Machado e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Dácio Leonel (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 49/76

Curitiba, 20 de maio de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Paraná, objetivando conjugação de atividades no sentido de elaboração e execução de projetos de ensino e pesquisa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os números 53 e 56/76, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei: 157/75:

Do Sr. Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ — ASSEJEPAR", com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6.775. — **Agradeça-se.**

Sob o número 36/76, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sido VETADO o Projeto de Lei número:

82/74:

Do Sr. Deputado Maurício Fruet, que visa que os órgãos de deliberação coletiva da área do Poder Executivo, serão classificados de acordo com a importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades e que, em tal classificação, será fixado o valor da remuneração de presença nas sessões dos referidos órgãos. — **À C.C.J.**

Do Sr. ANTONIO MASSARELLI, no qual comunica a posse na Secretaria da Prefeitura deste Município de Goioerê, do Suplente Vereador PAULO REGIS MOLEIRO, na vaga deixada por seu título, Vereador Bonifácio Wolski. — **Ao conhecimento da Casa..**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. HELVECIA BORGNION BANNACH, ocorrido: sábado último, dia 22, na cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que encaminhe um expediente ao Diretor da TELEPAR, para que instale, com a máxima urgência um Posto Telefônico nos distritos: GUAIPORÃ, JANGADA, CAFEZAL, VILA NILZA (LEOMAR) e ORIENTE (SANTA HELENA), no Município de Iporã.

Os distritos acima mencionados, pela sua pujança de seu desenvolvimento agrícola, industrial, torna-se carente deste atendimento com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Sr. Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer, ouvido o plenário, que seja enviado expediente ao Sr. JAYME CANET JUNIOR, formulando apelo no sentido de que o Chefe do Poder Executivo Estadual deter-

mine à TELEPAR, que proceda a imediata instalação de postos telefônicos nos DISTRITOS de: SANTA MÔNICA e SÃO JOÃO DO IVAÍ, ambos pertencentes ao município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, e nos DISTRITOS de: IVAÍNA e SANTA ESMERALDA, localizados no município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO.

Estas reivindicações já foram abordadas enfaticamente pelos Vereadores CLÉRIS DUTRA e LOURENÇO SÃO JOSÉ, em sessões daqueles legislativos municipais, demonstrando a prioridade dos melhoramentos que ora pretendemos. O próprio Governador esteve recentemente no extremo noroeste do nosso Estado, e constatou, o incomum desenvolvimento da região. Nessa oportunidade o Sr. Jayme Canet declarou alto e bom som: "APESAR DO EXTRAORDINÁRIO PROGRESSO DESTA IMENSA REGIÃO NOROESTINA, AQUI O GOVERNO ESTADUAL AINDA NÃO CHEGOU. AGORA VENHO E LHES AFIRMO: VOU ATENDER AS LEGÍTIMAS E JUSTAS REIVINDICAÇÕES DA NOSSA GENTE DO NOROESTE DO PARANÁ".

Esta se constitui em importantíssima reivindicação. É anseio e necessidade fundamental interligar telefonicamente, pelo menos, os populosos Distritos de Santa Mônica, São José do Ivaí, Ivaína e Santa Esmeralda às suas sedes municipais: Santa Izabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo, respectivamente.

A TELEPAR tem atuado com dinamismo e, possui condições para implantar este melhoramento. O Sr. Governador está convidado a cumprir suas promessas.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Sabem V. Exas. da importância do Município de Maringá, bem como de sua qualificação no Plano Tripolar de Desenvolvimento, como Prioridade Um, razões indiscutíveis que somadas aos índices de desenvolvimento da municipalidade que representamos, motivaram as autoridades municipais, principalmente o Prefeito, no sentido de elaborar um compêndio evidenciando que os dados e relatórios foram manipulados e excluiram Maringá do Cadastro do DAC., ficando inclusive a cidade abruptamente sem linhas aéreas e certamente aprovada fora a suspensão das linhas pela desinformação indiscutivelmente preparada.

Srs. Deputados, junta-se ao Compêndio o ofício dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, sintetizando o problema causado pela cessação do Transporte Aéreo, aduzindo ainda que Maringá fará parte do Sistema de Abastecimento para construção da Binacional Itaipu, e escolhida foi para ali se construir a Estação de Transbordo.

Razões inúmeras poderiam ser acrescentadas e permaneceríamos nesta tribuna por tempo indeterminado apenas dissertando sobre o progresso, o desenvolvimento e a importância de Maringá, e ainda sobre as dificuldades causadas à Comunidade e às populações das cidades circunvizinhas, que indiscutivelmente não podem sofrer o agravamento do seu problema de comunicação pela vontade unilateral e incompreensível da Empresa Concessionária que atendia Maringá em termos deficientes e insatisfatórios.

Srs. Deputados: a crise do petróleo e o necessário investimento de recursos nos campos de pousos internacionais levaram o Governo a criar a Aviação de Terceiro Nível, abrindo outras perspectivas para a formalização de novas Empresas Regionais que certamente virão atender as peculiaridades do nosso Brasil Continental.

Nossas palavras se constituem um intróito apenas procurando justificar o requerimento de informações que temos a honra de passar às mãos do Presidente da nossa Egrégia Casa de Leis, bem como a reivindicação e apoio às atitudes da comunidade interiorana, particularmente do Norte Novíssimo, que

aspira, deseja e reclama uma ligação direta com a Capital do nosso Estado.

Os Deputados, que este subscrevem requerem, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro da Aeronáutica, solicitando de S. Exa. o apoio às medidas públicas e levadas a efeito pelo Prefeito da Cidade de Maringá, e pelas lideranças comunitárias das inúmeras cidades daquela expressiva região do Norte Paranaense, como segue:

- A Assembléia Legislativa, por meio deste expediente, solicita seja oferecido à Vasp, oportunidade de atender de imediato, Marigá e região, de vez que a eventual Concessionária Varig - Top através de publicação no jornal "O Estado do Paraná", (19.05.76), se declara impossibilitada de equacionar o problema até o final do ano. Prestigiando assim a comunidade, pois a Vasp - Viação Aérea São Paulo, de longa data vem operando naquela região, razão pela qual os ilustres Diretores da Empresa não somente poderão solucionar o problema imediatamente, bem como aceitam publicadamente participarem de uma Companhia Aérea Regional preconizada pela Portaria 022/GM5, e enquadrada nas disposições do Decreto Ministerial;
- Reivindica a Assembléia Legislativa, através dos legítimos representantes do Paraná, seja apoiado e aprovado pelo Ministério da Aeronáutica a ampliação da pista de pouso da cidade de Maringá, em mais 300 metros, totalizando assim 1.900 metros, possibilitando a operação de aviões a jato de porte médio, que da mesma forma predispõe-se a Vasp, desde que a reinvidicação seja da comunidade e respeitadas as normas estabelecidas no decreto e portaria supra citadas.

Cumpra ressaltar que o Poder Público Municipal, plenamente conscientizado das dificuldades no tocante a investimentos nas pistas interioranas propõe executar a ampliação da pista sem ônus para o Governo Federal e adianta que a área constitui-se propriedade líquida e certa do município, evitando desapropriações e finalmente constituindo-se com 1.900 metros uma pista adequada e sobretudo, à disposição do Estado do Paraná e da Nação.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(aa) VALTER PIETRÂNGELO e ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o PLÊNARIO, requer seja enviado à Diretoria do MANDAGUARI ESPORTE CLUB (MEC), nas pessoas de seus Diretores JAIR PELEGRINI, JOSÉ LÁZARO PEREIRA, ALCIDES ASSUNÇÃO e PAULO MAZZOLA, pelo fato de haverem, no dia 30 de abril de 1976, inscrito, novamente, o time de futebol daquela cidade no CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS, para disputar o próximo campeonato paranaense de sua categoria.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O MANDAGUARI ESPORTE CLUB, em anos passados, foi uma das glórias do futebol paranaense, notadamente do povo daquela região. Hoje, mercê do esforço de uma dinâmica diretoria, preocupada com a educação do povo daquela localidade, "EIS QUE ESPORTE É EDUCAÇÃO", achou a necessidade e, por isso lutou, de, novamente, fazer com que o time voltasse às suas práticas desportivas. Um verdadeiro mérito daqueles homens, uma vez que o MANDAGUARI ESPORTE CLUB conta, hoje, com um dos maiores patrimônios existentes, no sul do Brasil, entre os clubes desportivos, qual seja, de um montante de

cerca de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). A inscrição de tal clube na Federação, muito poderá representar na educação daquele povo, eis que Mandaguari é hoje uma cidade universitária.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 58/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Município de TUPÃSSI, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, e com as divisas do atual distrito administrativo e judiciário de Tupãssi, estabelecidas pela Lei 5.486, de 30 de janeiro de 1967:

1º — ao norte: partindo do rio Alívio, por linha seca e divisória das colônias Peruibe e Pindorama, atuais glebas Aleixo e Lambari, até o rio Verde ou Boi-Piquá;

2º — a leste: pelo rio Verde ou Boi-Piquá, da divisa das Colônias Peruibe e Pindorama; acima, até a divisa da colônia Pindorama e Terrenos Lopei;

3º — ao sul: pela divisa da colônia Pindorama e Terrenos Lopei, do rio Verde até a divisa da Fazenda Britânica, por esta divisa até o rio Alívio;

4º — a oeste: pelo rio Alívio, da divisa da Fazenda Britânica abaixo, até a divisa das colônias Peruibe e Pindorama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1976.

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JUSTIFICATIVA:

A criação do Município de TUPÃSSI, é uma das mais antigas reivindicações da laboriosa gente que vive e trabalha nos limites do distrito do mesmo nome.

Todavia, a grandeza do sonho do povo de TUPÃSSI, não indica apenas um devaneio irreal, se não que ele corresponde a um gigantesco trabalho de criação de riqueza e de construção de uma comunidade homogênea e coesa, em torno de ideais superiores.

Prova dessa afirmação é a copiosa gama de documentos e dados, de natureza jurídica, social, econômica e cultural, reunidos pela operosa Comissão encarregada de lutar pela emancipação de TUPÃSSI, que retratam fielmente a realidade magnífica de seu progresso, agora anexadas ao presente Projeto de Lei.

Com efeito, todas as exigências, sem exceção, da Lei Complementar Federal número 1, de 09 de novembro de 1969, que estabelece as condições mínimas para a criação de municípios, foram cumpridas e, em termos globais, bastante ultrapassadas.

Assim, vale a pena ressaltar que a representação (§ único do Artigo primeiro) está assinada por mais de duzentos (200) eleitores e, não apenas em cem (100) o que demonstra o inusitado interesse da população em conquistar o "status" de unidade política autônoma. Todos os signatários são residentes na área, são eleitores, segundo se pode verificar pelo número do título eleitoral, secundando a assinatura, bem como pelo reconhecimento das firmas.

Leve-se em conta, igualmente, que o ofício 24/76, de 07 de fevereiro de 1976, da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, sobretudo pelo seu final, onde se contém veemente apelo em favor da emancipação política do Distrito de Tupãssi, supre de sobejo a exigência de ser ouvido o município que perde a área, na conformidade com a jurisprudência reiterada dos nossos Tribunais.

A população de 14.320 habitantes, existente no território de Tupãssi, a 01 de setembro de 1970, já estava bem acima do mínimo pedido pela Lei, sem se cogitar do acréscimo havido

nestes sete (07) anos, decorridos após o Censo de 1970 (Exp. do IBGE - número DT/438, de 17.12.75).

O eleitorado, de acordo com o inciso II, do Art. 2º da Lei Complementar número 1, de 1969, deve representar 10 por cento da população. A certidão, datada de 05.03.76, expedida pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral atesta que o Distrito de Tupãssi totaliza quatro mil quatrocentos e quarenta e nove (4.449) eleitores, formando assim um corpo eletivo quatro vezes maior que o mínimo da Lei.

No que diz respeito ao centro urbano, Tupãssi excede largamente o pressuposto legal. O documento do IBGE, antes mencionado na parte referente ao aspecto demográfico, comprova também a existência de 489 unidades prediais, isso em 1970, sendo realística a previsão de que hoje contará seguramente com quase 1.000 edificações no seu núcleo urbano. Ainda uma vez, Tupãssi ultrapassa o mínimo preconizado pelo legislador federal.

Da sua elevada potencialidade tributária, faz prova irretorquível o expediente que transitou pelos diversos departamentos da Secretaria da Fazenda, e que indica os números, por todos os títulos sugestivos, de que a arrecadação de impostos também é satisfatória, em termos de exigência legal.

A cautela inscrita no § 2º, neste caso, torna-se desnecessária, visto como a pujança do município de Assis Chateaubriand não precisa ser documentada, porquanto ela é visível a qualquer observador, e também porque a manifestação unânime e abertamente favorável de sua Câmara Municipal em favor da emancipação do distrito de Tupãssi, demonstra que o município cedente da área de modo algum perderá os requisitos impostos ao citado diploma legal.

Por fim, as divisas, sendo as já consagradas pela Lei 5.486, de 30 de janeiro de 1967, suprem o exigido pelo art. 8º, da Lei Complementar Federal nº 01, de 1969.

Eis, portanto, submetida á judiciosa apreciação dos nobres representantes da população paranaense, acompanhada de abundantes elementos justificadores e esclarecedores, a respeitável aspiração da extraordinária comunidade de Tupãssi, da qual, com muita honra, nesta oportunidade, me faço o porta-voz e o seu mais ardente defensor.

.....

Anexos:

- 1) representação de moradores de Tupãssi;
- 2) ofício n. 24/76, da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand;
- 3) ofício DT/438, do IBGE;
- 4) certidão do Tribunal Regional Eleitoral;
- 5) texto do Dec. Legislativo n. 1/76, da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand;
- 6) ofício n. 419/76-G.S., de 5 de março de 1976, onde consta a arrecadação do Distrito de Tupãssi;
- 7) atestado fornecido pela Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, sobre a distância da sede até o distrito de Tupãssi;
- 8) volume intitulado "Tupãssi", capa verde, contendo indicadores e documentos justificativos da elevação de Tupãssi a município;
- 9) 10 volumes de Levantamento Sócio-Econômico da Zona Rural, do distrito de Tupãssi.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado

Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 188/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de utilidade pública a Sociedade Cooperativa de Consumo dos Funcionários do DER. Ltda., com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de Urgência. — **APROVADO.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 07/76, oriundo da Mensagem nº 27/76, do Poder Executivo, dando nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 3, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis por unanimidade da CCJ., CF e CRH, com substitutivo. Emenda de Plenário, com pareceres favoráveis da CCJ e CF., por unanimidade. Em regime de urgência. — **APROVADO**, com substitutivo e Emenda.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 42/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 108/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Santa Fé, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **APROVADO**, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/74, de autoria do Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Academia de Acordeão de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 76/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Academia de Acordeão de Londrina", com sede em Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1974.

(a) OLAVO FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja declarada de utilidade pública vem promovendo a educação musical e cultural dentro da comunidade londrinense, através de cursos práticos e teóricos de música, como teoria, solfejo e ditado musical, ensinando aos jovens desenvolverem os seus talentos artísticos, o que representa maior cultura do povo. É de interesse do Estado que a iniciativa privada o ajude a desenvolver e manter tais meios de educação cultural, razão pela qual entendemos ser justo que outorguemos à Academia de Acordeão de Londrina, através de título legal, o reconhecimento de sua utilidade pública, a exemplo do que já foi feito pela Prefeitura Municipal de Londrina.

Esperamos o apoio de nossos Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 76/74

De autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a "Academia de Acordeão de Londrina".

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Londrina, o que se verifica pelos seus Estatutos

anexos. Os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 18/76, de autoria do Deputado Accioly Neto, que revoga o artigo 25, da Lei nº 4.766, de 16 de novembro de 1963. Pareceres favoráveis da CCJ, e CF, por unanimidade. Em regime de Urgência. — **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 18/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica revogado o artigo 25, da Lei nº 4.766, de 16 de novembro de 1963.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 4.766, em seu artigo 25, preceitua:

"Nenhum beneficiário poderá receber mais de uma pensão instituída pela presente lei, salvo os descendentes do casal contribuinte".

A pensão instituída pelo Estado, através do IPE, é de caráter retributivo, isto é, só é devida em razão de pagamentos feitos pelo contribuinte e se destina a amparar, no caso de seu falecimento, os seus beneficiários legais ou instituídos.

Ora, como ela decorre de contribuições pagas não é justo limitar-se o pagamento do benefício, tanto mais que a pensão é de valor significativamente baixo, não dando, na maioria dos casos para o sustento da beneficiária. É justo que uma beneficiária possa perceber pensão instituída por seu marido e mais a instituída por seu filho solteiro sem dependentes diretos.

Com a revogação do dispositivo, estará eliminado o impedimento para que assim se proceda. Daí o plano de lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 18/76

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, objetiva o presente projeto de lei revogar o artigo 25 da Lei 4766, de 16 de novembro de 1963.

Estamos de pleno acordo com o alegado na justificativa deste plano de lei e entendemos muito justa e oportuna a medida nele pleiteada.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 18/76

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, objetiva o presente projeto de lei revogar o artigo 25 da Lei 4766, de 16 de novembro de 1963.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à matéria, entendendo a medida como das mais justas e oportunas.

No âmbito desta Comissão, à qual compete opinar sobre as implicações financeiras, nada encontramos que possa servir de óbice à tramitação normal deste plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua **APROVA-**

ÇÃO.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Helvecia Bourgnion Bennach, ocorrido na cidade de Castro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine através da TELEPAR, a instalação de um posto telefônico em diversos distritos, no município de Iporã. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Mandaguari Esporte Clube, pelo fato de haverem inscrito, novamente o time de futebol daquela cidade no Conselho Regional de Desportos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine através da TELEPAR, a instalação de postos telefônicos em diversos distritos administrativos pertencentes aos municípios de Santa Isabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Aeronáutica, encarecendo o apoio às medidas publicadas e levadas a efeito pelo Sr. Prefeito de Maringá, pelas lideranças comunitárias das inúmeras cidades daquela região, no sentido de reestabelecer ligação aérea de Maringá à Curitiba e a outras regiões diretamente. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 42/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 76/74 e 18/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 39/76.

Marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 25, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 181/76.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13084/75, de 22 de dezembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova

redação dada pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de REGINALDO FANCKIN, matrícula 015, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 e 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de maio de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias contadas em dobro pelo item I, do Decreto Legislativo nº 270, de 31 de maio de 1972; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 07 de março de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de abril de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

(Republicado por incorreção anterior).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 357/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2610, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula 254, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de maio de 1976.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 358/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2653, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula 509, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente; Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário; Maurício R. Fruet — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 359/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2604, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula 320 ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 360/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2572, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALVARO SERGIO MARAVALHAS, matrícula 030, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 361/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1734, de 16 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ANTONIO MASSUCHETTO, matrícula 325, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 30 de julho de 1971 e 30 de maio de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 362/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2856, de 12 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de THEREZINHA FORMIGUIERI SIMÕES, matrícula 090, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 363/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2613, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CECILIA KURECKI STUART, matrícula 530, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas de 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 364/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2607, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EUTHALIA MARTINS DA SILVA, matrícula 245, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 365/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob

o nº 2949, de 19 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CLOVIS STADLER DE SOUZA, matrícula 023, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 366/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2119, de 24 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo 336/75, de 14 de maio de 1975, para declarar que o tempo contado pelo mesmo em favor de ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula 183, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de um (01) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar, e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 367/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2214, de 30 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JOUBERTH DA SILVA SANTOS, matrícula 037, ocupante do cargo de nível PL "18", da Séries de Classe de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo trienal de cinco por cento sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 4º, da Resolução 2/64, de 21 de fevereiro de 1964; que embora revogado pela Resolução 5/69, de 28 de abril de 1969, assegurou os direitos até então adquiridos, a partir, porém, de 30 de março de 1971; por força da prescrição quinquenal prevista pelo Código Civil.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 368/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3007, de 20 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, JOSÉ CHECHELISKI, matrícula 393, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Qua-

dro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as de Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 19 de abril a 18 de maio do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 369/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3070, de 23 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ALBA LIGIA ARAUJO E GARCIA, matrícula 111, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "28" do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 24 de janeiro de 1976, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 370/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1113, de 18 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos artigos 2º e 4º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTONIO DA SILVA, matrícula 566, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 e 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 30 de julho de 1968 e 30 de janeiro de 1972; antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1968, 1970 e 1971, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei 6174, a partir de 15 de fevereiro de 1976, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente

Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário

Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 371/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribui-

ções e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2761, de 09 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a THEREZINHA FORMIGUIERI SIMÕES, matrícula 089, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 05 de janeiro de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
- Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
- Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 372/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2094, de 23 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ROSARIA CARDOZO DE LIMA, matrícula 225, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e gíaul data de 1968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
- Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
- Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 373/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1979, de 22 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, o Decreto Legislativo 156/75, de 19 de março de 1975, na parte que designou a funcionária MARIA JOSÉ TAVORA GIL BELEM, matrícula 250, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da "ARENA".

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
- Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
- Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 374/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2676, de 08 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JUDETH SCHOLTZ, matrícula 463, ocupante do

cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "27", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
- Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
- Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 375/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2568, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LIDIA MUCHINSKI, matrícula 487, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
- Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
- Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 376/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2908, de 14 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO MARIA SERPA, matrícula 070, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 21/05/76.

- (aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
- Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
- Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 378/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2679, de 08 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO FELIPE CHAVES LOUREIRO, matrícula 46, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 379/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo procolado sob o nº 2627, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matrícula 240, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 380/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2232, de 30 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar retificar o Decreto Legislativo nº 193/65, de 28 de abril de 1965, para fazer constar que o nome correto da funcionária ali nomeada é LENY SABOIA, e não Leni Saboia, como consta.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 381/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2677/76, de 08 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IRACILDA SILVA SERTÓRIO, matrícula 247, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 382/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3218, de 27 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula 472, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 383/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3069, de 23 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALBA LIGIA ARAUJO E GARCIA, matrícula 111, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 384/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2605, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula 106, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1971, quinze (15) dias de 1972, 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 385/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2661, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANNA CHRISTINA SOUZA, matrícula 553, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 386/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2325, de 31 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GILBERTO DAROS, matrícula 517, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 387/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2565, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2808, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MYRTES MAGDA GOMES, matrícula 108, ocupante do cargo de Secretária de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.
(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 388/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3881, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANNA CRISTINA SOUZA, matrícula 583, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, matrícula 049, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973 e 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 388/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3101, de 26 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CLÁUDIO LUZ, matrícula 455, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3873, de 08 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de IRACLIOTA SILVA BERTUCCI, matrícula 347, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21/05/76.
(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 389/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3218, de 27 de abril de 1976, deste Poder,